

Revista de Comunicação Científica: RCC



ARTIGO

IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE GEOGRAFIA PARA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

The importance of teaching geography for
indigenous school education

La importancia de la enseñanza de la geografía
para la educación escolar indígena

Beatriz Alves Da Cruz Paula
Licenciada em Pedagogia pela UFMT.
E-mail: beatrizpaulanjs@hotmail.com

Lisanil da Conceição Patrocínio Pereira
Pós-Doutoranda pela Universidade de Coimbra,
Professora do Programa de Pós Graduação em
Geografia e Educação Intercultural Indígena da
Universidade do Estado de Mato Grosso,
UNEMAT.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8733-8255>
E-mail: leal@unemat.br

Como citar este artigo:

PAULA, Beatriz Alves Da Cruz, PEREIRA, Lisanil da Conceição Patrocínio. A importância do ensino de geografia para educação escolar indígena In Revista **de Comunicação Científica – RCC**, Jan/Jul Vol. I, n. 11, pgs. 41 - 60, 2023. ISSN 2525-670X.

Disponível em:
<https://periodicos.unemat.br/index.php/RCC/index>

Volume I, número 11 (2023)
ISSN 2525-670X

IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE GEOGRAFIA PARA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

The importance of teaching geography for indigenous school education

La importancia de la enseñanza de la geografía para la educación escolar indígena

Resumo

Este Trabalho de Conclusão de Curso traz uma abordagem relacionada ao processo de desenvolvimento da Educação Escolar Indígena no Estado de Mato Grosso, que se deu a partir da Constituição de 1988. Nesta, as comunidades indígenas passam a usufruir dos mesmos direitos fundamentais e de igualdade com os demais grupos sociais na sociedade brasileira, inclusive dos direitos educacionais de qualidade, caracterizada por ser comunitária, específica, diferenciada, intercultural e multilíngue, embora haja a presença de estudantes indígenas nas escolas ditas tradicionais.

Palavras-chave: Ensino. Geografia. Educação Escolar Indígena. RCNEI.

Abstract

This Course Completion Work brings an approach related to the development process of Indigenous School Education in the State of Mato Grosso, which took place from the 1988 Constitution. other social groups in Brazilian society, including quality educational rights, characterized by being community, specific, differentiated, intercultural and multilingual, although there is the presence of indigenous students in the so-called traditional schools.

Keywords: Teaching. Geography. Indigenous School Education. RCNEI.

Resumen

Este Trabajo de Finalización de Curso trae un enfoque relacionado con el proceso de desarrollo de la Educación Escolar Indígena en el Estado de Mato Grosso, que tuvo lugar a partir de la Constitución de 1988. otros grupos sociales de la sociedad brasileña, incluidos los derechos educativos de calidad, caracterizados por ser comunitarios, específicos, diferenciada, intercultural y plurilingüe, aunque hay presencia de alumnos indígenas en las denominadas escuelas tradicionales.

Palabras clave: Enseñanza. Geografía. Educación Escolar Indígena. RCNEI.

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta também diversos apontamentos do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Na sequência, discorre a respeito do ensino de Geografia sobre/com indígenas nas escolas urbanas. O objetivo do trabalho é trazer uma discussão centrada na importância do Ensino de Geografia e da Educação Escolar Indígena. Além de tentar não só evidenciar os processos legais, políticos e de direito da Educação Escolar Indígena, bem como retratar os apontamentos do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Assim, como apresentar para a sociedade o papel decisivo executado pela Geografia para os povos indígenas nas escolas urbanas. Conclui-se que, apesar das políticas de amparo aos povos originários, ainda há um longo caminho a ser percorrido, reconhecendo que o papel social de uma disciplina tal como a Geografia deve ser multável, sempre adaptável à realidade de cada instituição.

Falar ou escrever sobre os povos indígenas transcende ao interesse meramente acadêmico, é ter sensibilidade e perceber que mesmo sendo os principais colonizadores do Brasil, é necessário que haja uma busca constante pela defesa de seus direitos como cidadãos, apresentando à sociedade para que seja de conhecimento de todos a existência de políticas que os amparam e lhes dão a liberdade de preservar as próprias culturas.

O interesse em conhecer os povos indígenas, suas culturas, seus direitos e tudo o que se refere a estes nasceram ainda no Ensino Médio por volta do ano de 2011, quando tive o primeiro contato direto. Durante as aulas, eu observava se comportavam, como se relacionavam com os colegas não índios, lembro-me bem de que eles procuravam ficar no fundo da sala, dificilmente se manifestavam.

Naquele momento, eu busquei me relacionar de forma mais pessoal. Entre uma aula e outra, procurava sentar-me junto deles, nas atividades propostas aos grupos, as provas ou quaisquer outros exercícios pelos professores, tentava convencê-los a integrar o grupo de que eu fizesse parte. Recordo com exatidão o professor da disciplina de Geografia chegar e perguntar se estava tudo bem se ele colocasse comigo dois alunos indígenas para uma prova oral. prontamente, eu respondi que sim,

A importância do ensino de geografia para educação escolar indígena

sem problema, mesmo sabendo que eles tinham um pouco de dificuldade de se expressarem e compreenderem.

Desse dia em diante, houve respeito e admiração deles para comigo, sorrisos tímidos e até brincadeiras. Eu me sentia aceita e importante, logo nos tornamos grandes colegas. Nascia ali o meu desejo de defendê-los e fazer com que se expressassem e nos contasse suas histórias, seus costumes, sobre as suas comunidades sempre que havia oportunidade. Consegui convencer a dois dos nove colegas indígenas a participarem de nossa formatura de Ensino Médio no ano de 2012 e lá estavam eles cada um com suas famílias e o brilho nos olhos de todos por participarem de algo que, para muitos, não era grande coisa, mas para eles era sinônimo de conquista, superação e aceitação.

Discutir a educação no Brasil é uma questão delicada, discutir educação para os povos indígenas não só é delicado, como também arriscado, pois ainda é possível perceber o preconceito e exclusão. Ao escolher o tema: *A importância do Ensino de Geografia e a Educação Escolar Indígena*, de certa forma, esperava-se que certas etapas, certos métodos e tipos de pesquisa teriam de ser alterados, ora por causa da pandemia da Covid-19, ora pela falta de disponibilidade dos possíveis colaboradores da pesquisa. Neste sentido, desafios, dificuldades surgiram no transcorrer deste trabalho os quais foram contornados, sempre buscando compreender e aprender sobre tudo o que tem acontecido.

O ensino da Geografia, aliada a outras disciplinas escolares, pode ser um instrumento relevante para elevar o senso crítico dos alunos indígenas, visto tratar de assuntos diversos tanto críticos como polêmicos, pode quebrar o preceito de que aprender e estudar geografia representa algo tedioso e fora do cotidiano.

A escola para os povos indígenas é hoje uma realidade fruto de lutas e demandas, a valorização da pedagogia indígena, o respeito às diferenças culturais resulta, assim, no reconhecimento da identidade sociocultural do índio. Segundo Freire (2008), em qualquer modalidade do ensino, é imprescindível haver respeito à identidade cultural. No entanto, essa é uma realidade que não condiz com uma prática pedagógica autoritária que evidencia somente um tipo de indivíduo e de prática educativa, como se todos os indivíduos aprendessem da mesma forma e no mesmo ritmo.

A importância do ensino de geografia para educação escolar indígena

Embora a escola ainda se defina como lugar onde se desenvolve cada indivíduo em seus aspectos culturais, sociais e cognitivos, a escola pode se tornar também um ambiente contraditório atuando de forma que possibilite o enfraquecimento da interculturalidade, visto que existe uma variedade cultural presente no ambiente. Superar os limites significa o primeiro passo para que se contribua com as mudanças necessárias para que aconteça tal interculturalidade.

A Legislação Nacional que regulamenta as ações de Educação Escolar Indígena no Brasil dá garantia aos povos originários os direitos de contribuir na definição e na construção das políticas públicas, ou seja, eles têm o poder de participarem dessas construções. A implantação dessa política possui como objetivo assegurar a oferta de uma educação de qualidade aos povos indígenas.

As políticas públicas referentes a todos os grupos de Políticas Sociais são as que determinam o padrão de proteção social implementando pelo Estado, voltado, em princípio, à redistribuição dos benefícios sociais (INEP, 2006), entre esses direitos descrito está o direito à educação e quem determina e garante com qualidade e de forma universal é a Política Educacional.

A Política Educacional brasileira segue como preceito de que a escola é o principal meio para um desenvolvimento igualitário para que os alunos indígenas sejam inclusos de forma permanente nas escolas urbanas. Diante dessa perspectiva, a relação escola urbana e o aluno indígena, leva a acreditar que a escola é o ambiente em que levarão estudante indígena a uma ascensão educacional como também na vida fora da sala de aula.

Este artigo teve como objetivo geral: Discutir a importância do Ensino de Geografia e a Educação Escolar Indígena, estando acompanhados dos seguintes objetivos específicos: evidenciar os processos legais, políticos e de direito da Educação Escolar Indígena; retratar os apontamentos do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas; e apresentar para a sociedade o papel importante da Geografia para os povos indígenas nas escolas urbanas.

Nos caminhos metodológicos, utilizou-se o método de revisões bibliográficas, fontes secundárias, tendo sido feito um levantamento de materiais já publicados em artigos científicos, impressos ou virtuais, livros, dissertações de mestrado, teses de doutorado relacionados à educação indígena.

A importância do ensino de geografia para educação escolar indígena

Segundo Manzo (1991, p. 32) a pesquisa bibliográfica: “Oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas ainda não se cristalizaram suficientemente”. O presente estudo está dividido em três capítulos que contêm abordagens relevantes para a compreensão da temática dentro da sociedade. O segundo capítulo traz como título: *A Educação Escolar Indígena em Mato Grosso*, no qual se traz uma abordagem mais regional para reproduzir a realidade dos povos originários perante a educação. Uma abordagem geral é feita dentro do Estado de Mato Grosso retratando as escolas indígenas.

A Geografia e Educação Escolar Indígena, apresenta políticas públicas que reconhecem a geografia como parte integrada do ensino e a importância desta para o conhecimento dos povos indígenas.

Estudar Geografia é um direito, pois, por tradição, ela nos expõe as reflexões sobre onde das coisas do mundo” e assim identificamos a localização dos objetos e dos processos que a eles estão associados, podemos aprimorar nossa capacidade de reconhecermos aonde de nós mesmos e dos outros. (SANTOS, 2016, p. 28).

Para se afirmar que a Geografia é a base da educação escolar indígena uma vez que está relacionada à localização, a forma de olhar a terra como ferramenta de sobrevivência, entre tantas outras coisas, acerca da questão de como ocorre o processo da abordagem no ensino de Geografia para/com os alunos indígenas no universo escolar urbano.

A educação escolar indígena em Mato Grosso.

O Estado de Mato Grosso é o segundo estado do país com maior número de povos indígenas, cerca de 50 mil indígenas, os quais estão distribuídos em 43 etnias, perdendo somente para o Estado do Amazonas que contabiliza 74 povos.

A educação escolar para os índios começou em 1890 se tratando dos Bororós, que se deu a partir de uma solicitação do bispo D. Carlos Luiz de d’Amur pela vinda de padres salesianos para o estado, naquela época com o objetivo de “civilizar”. Isto de acordo com o DECRETO n. 426, de 24 de julho de 1845, cujo regulamento acerca

A importância do ensino de geografia para educação escolar indígena

das missões de catequese e civilização dos índios impunha novos costumes, novas crenças, uma mudança em seus modos de vida, oferecendo recursos a fim de atraí-los para tais mudanças.

Segundo relato de Trinho Paiva Trujiho (2021), aluno do Mestrado Indígena pela UNEMAT, "esses atos de civilizar vinham mascarado de intensões um tanto perversas" os índios eram tratados como animais em seus próprios territórios, animais esses que precisavam serem domesticados, moldados de acordo a atender as necessidades daqueles que aqui chegavam. Buscando no dicionário o significado da palavra domesticar, temos as seguintes definições. "tornar (-se) educado para o convívio social; civilizar (-se)." (DOMESTISCAR, 2021). Observa-se hoje depois de tantos anos e com um pensamento decolonial daqueles que se interessam pelas questões indígenas, que não eram eles que precisavam ser preparados e sim aqueles que aqui chegavam se dizendo bons. É preciso deixar essa ideia de querer domesticar os povos originários, pois eles já se encontravam aqui.

De acordo com Freire (2014, p. 28) uma das características do processo de dominação colonialista.

É a necessidade que o dominador tem de invadir culturalmente o dominado. Portanto, a invasão cultural é fundamental porque ela pensa no poder, ora através de métodos cavilosos. O que a invasão cultural pretende, entre outras coisas, é exatamente a destruição, o que felizmente não consegue em termos concretos. É fundamental ao dominador: triturar a identidade cultural do dominado.

Esse controle vem de forma sutil fazendo com que viva e faça de acordo com aquilo que está pré-determinado pelo dominador. Freire (2014) propõe, no entanto, que a educação seja dialogada, onde o educador ensine que é necessário haver diálogo entre os sujeitos, prezando cada cultura existente. Essa interação gera transformações pois permite o confronto de conhecimento e de saberes.

Após terem tido êxito e empolgados com os resultados obtidos na alfabetização e profissionalização dos indígenas, os padres salesianos decidiram fundar a Missão Tachos que hoje pertence ao Município de General Carneiro. Estes ficaram por volta de dez anos alfabetizando, ensinando as práticas do cultivo de alimentos e o evangelho, ou seja, moldavam os povos indígenas a costumes e práticas diferentes.

A importância do ensino de geografia para educação escolar indígena

Isso ocorreu ao longo da história educacional dos povos indígenas, novas missões surgiram em diferentes lugares como também com diferentes etnias, como os Tapirapé a partir de 1952, estendendo-se até por volta de 1973, quando enviados pela Prelazia de São Felix do Araguaia alguns missionários indigenistas iniciaram trabalhos educacionais com os adultos indígenas.

No ano de 1988, criaram a primeira escola estadual, denominada Escola Estadual Tapirapé, com currículo específico e diferenciado, conforme o relato do professor Gouveia, o diferencial está na,

Avaliação descritiva, o calendário adequado a comunidade, a organização das atividades por temas de estudos partindo da cultura e da língua Tapirapé e do ciclo social da aldeia, a qual por sua vez está bastante ligada ao ciclo da natureza. (GOUVEIA apud FURTADO, 2009, p. 72).

Aprovado pelo Conselho Estadual de Educação, tal processo foi um avanço para educação, pois veio a preceder as diretrizes, que até então não sabiam, mas que viriam a ser consagradas na Lei de Diretrizes e Bases Curriculares (LDB) e serve de inspiração ainda hoje em diversas escolas do país.

Ao se dar um salto na história da educação do Estado, por volta da segunda metade no ano de 1980, começou a surgir uma nova visão panorâmica para a educação dos povos indígenas, com a criação de diversas instituições ao longo do processo e perceberam que, de certa forma, haviam se perdido. Portanto, seria necessário renunciar o controle e as disputas sobre eles, notando que uma ação em conjunto viria a funcionar se tornando a forma mais adequada para se pensar na implementação e gestão educacional nas comunidades.

Em se tratando de educação em nível superior, Mato Grosso é o primeiro estado da federação a oferecer formação profissional nessa área, o pioneirismo coube à Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), sendo que todos os cursos oferecidos foram pensados exclusivamente para atender os diferentes povos indígenas que residem no Estado. Tal iniciativa atraiu a atenção de alunos de outros estados os quais vinham com um único objetivo, buscar formação educacional.

Antes mesmo de se torna o primeiro a oferecer educação de nível superior, na década de 80, Mato Grosso já era pioneiro na criação do primeiro Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena (CEEEI), cujo objetivo era oferecer assessoramento



A importância do ensino de geografia para educação escolar indígena

técnico para todas as etnias presentes no território mato-grossense, fazendo valer a Constituição de 1988, na qual passou a ser adotada a política integracionista, já que a diversidade cultural foi reconhecida dando aos índios o direito à diferença e a serem tratados diferentes, pois de fato o são, diferentes por possuírem as próprias crenças, os próprios costumes, diferentes por tantas outras coisas que os fazem índios.

Ressaltando que, para a Constituição Federal (CF), a educação deve respeitar as diferenças existentes em todos os aspectos, seja indígenas ou não- indígenas, amparando não apenas os direitos de aprendizado, como também a utilização da língua portuguesa, ao mesmo tempo assegura o direito de manter a língua materna de acordo com a respectiva etnia. Além do mais, a política educacional declara no Plano Estadual de Educação por meio da participação da população do Estado de Mato Grosso, asseverar as conquistas históricas declaradas na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases Curriculares (Lei nº 9.394/96), cujas metas constitucionais visavam:

- A universalização da Educação Básica gratuita, onde se compreende como educação básica o Ensino Fundamental e o Ensino Médio para todos em idade educacional, assim como jovens e adultos EJA, compreende também nas Diretrizes e Bases, a inclusão de pessoas portadoras de deficiência, as comunidades indígenas e a educação no campo.
- A qualidade de ensino construídas a partir de uma política de formação inicial e continuada de professores que venham contribuir para o desenvolvimento social, político, econômico e cultural de um modo sustentável, visando a correção da desigualdade que historicamente vem sendo acumulada ao longo desse tempo.
- Uma gestão democrática no aspecto educacional, como sendo um exercício contínuo de cidadania, através do qual as escolas públicas podem executar plenamente sua função.
- A cooperação entre o Estado e o Município, como princípio vigente, onde a LDB determina a participação dos mesmos.

Na década de 90, houve o maior pressuposto pela busca do respeito aos povos originários e também os direitos a uma educação escolarizada, bilíngue, intelectual, podendo ter o próprio currículo, específico e diferenciado. Neste período, ocorreu também mudanças no contexto educacional, o que era papel da Funai passou a ser responsabilidade do MEC, com amparo do Decreto nº 26/91, a Portaria Interministerial nº 559/91, e o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (Parecer nº 14/99 e Resolução nº 3/99 do Conselho Nacional de Educação).

A importância do ensino de geografia para educação escolar indígena

No entanto, é preciso quebrar certos paradigmas, pois não depende somente de Leis e Diretrizes para que haja de fato um ensino justo e de qualidade. Trata-se dos povos indígenas, por ser tratar de uma minoria é preciso que haja comprometimento de todos os envolvidos e a constante busca por melhorias se faz necessária. Todas as conquistas alcançadas por Leis são resultadas de demandas dos Movimentos Sociais organizados, de todos os setores, com o mesmo objetivo.

A gestão democrática da educação é hoje, um valor já consagrado no Brasil e no mundo, embora ainda não totalmente incorporado e compreendido a prática social global e a prática educacional brasileira e mundial. É indubitável sua importância como recurso de participação humana na formação para cidadania. É indubitável sua importância como fonte de humanidade. Toda via, muito se tem a fazer. (FERREIRA, 2003, p. 167).

O cidadão não quer apenas cumprir com as leis propostas pelo Estado maior, a sociedade deve fazer concessões no processo de construção política do governo. A sociedade também conta como cidadãos os povos indígenas, com seus costumes, suas crenças e ideologias, tendo, assim, os mesmos direitos que os cidadãos comuns.

Como condutas sociais estabelecidas, a gestão tem um papel de grande dimensão e é amplamente distinta. Para que haja uma caminhada democrática considerando o sentido exato da democracia, é necessário descobrir horizontes que possibilitem essa jornada. No entanto, a gestão não se deve edificar em regras ou normas impostas, mas em uma política fundamentada na conscientização e responsabilidade, não só dos órgãos construtores de Leis, como também daqueles que as executam dentro da gestão.

A construção pautada na autonomia da Escola Indígena como decorrência de um princípio étnico, político e pedagógico que nas palavras de Freire (1997, p. 58): “O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo étnico e não de um favor que podemos ou não conceder uns aos outros.” Na percepção pedagógica de Paulo Freire, a “autonomia é a experiência da liberdade”. É um elemento indispensável para construir uma escola moldada de acordo com os anseios dos povos indígenas, ou seja, uma escola específica e diferenciada respeitando seus propósitos.

De acordo com o Ministério da Educação através do Instituto de Educação e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, em parceria com a Funai, um documento de cadastros e matrículas na Educação Básica/2020 foi emitido após ter sido feita uma

A importância do ensino de geografia para educação escolar indígena

solicitação pelo sítio eletrônico.¹ Nesse documento consta que, atualmente, há no território de Mato Grosso 211 escolas de Ensino Básico, das quais 72 são estaduais e estão presentes em Terras Indígenas (T.I.), 121 escolas são administradas por seus respectivos municípios também localizadas em Terras Indígenas.

Houve o aumento significativo de indígenas nas cidades, para firmar moradias, assim como obter conhecimento acadêmico, portanto, para este são necessárias escolas que os atendam com ensino de qualidade. Conforme os dados presentes nesse cadastro são possíveis verificar 18 escolas no meio urbano, das quais 14 são municipais e 4 são dependentes do estado.

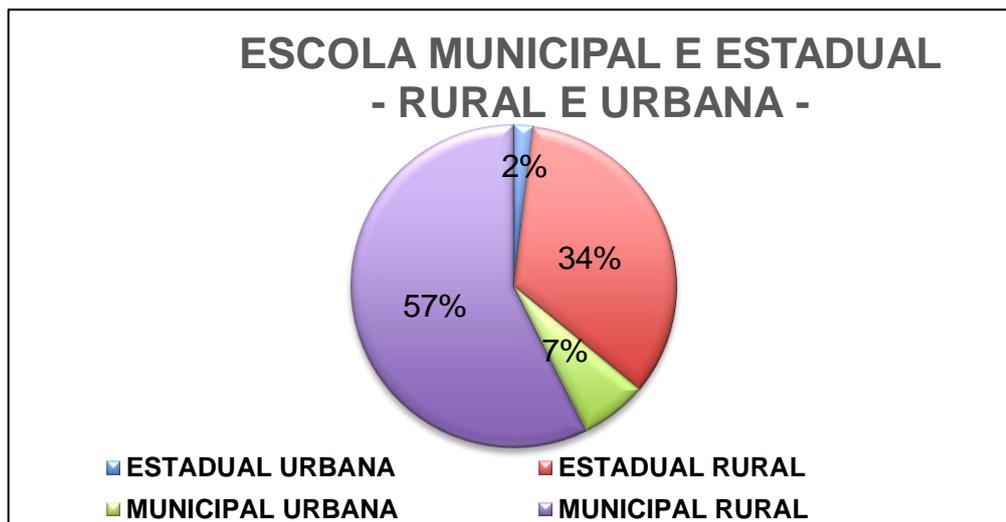
Convém destacar que o município com maior atendimento educacional para estudantes indígenas segundo o Cadastro e Matrícula 2020, é o município de Campinápolis, que possui uma população de 14,9 mil habitantes, sendo que 7,6 mil são indígenas, representando pouco mais de 53% da população. Dentre as quais, 9 são dependentes administrativas do estado e 30 dependentes do município no qual estão localizadas. Como papel do município atuar de modo a atender os interesses e a manutenção das escolas indígenas, apoio técnico e financeiro, disponibilizar de forma ágil materiais escolares que atendam às necessidades desses estudantes.

A Lei e Diretrizes Curriculares a Educação Básica está organizada entre: Educação Infantil, Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Onde os níveis de ensino fundamental e médio são modelados e organizados em consonância com cada povo atendido. Fornecendo a cada um o direito de construir seu currículo de modo que componha sob um todo o fazer escolar, e não apenas a organização da matriz onde se abrigam as disciplinas, assim como o PPP que se constitui como elemento estruturante da vida escolar que expressa a identidade e os projetos societários. (FUNAI, 2010).

A figura 1 destaca em porcentagem a presença de escolas indígenas nas Terras Indígenas, como nas áreas urbanas.

¹ <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao>,

Figura 01 – Porcentagem de escolas indígenas no Estado de Mato Grosso



Fonte: Elaboração própria

Com base no gráfico é possível notar que: 57% são municipais e estão presentes nas Terras Indígenas (T.I.), 34% são estaduais localizadas também dentro das reservas indígenas. Neste mesmo gráfico é possível verificar a presença de escolas indígenas no perímetro urbano, sendo que 7% são municipais e 2% sendo estaduais.

Apontamentos do RCNEI para o ensino de geografia

Em 1998, em atendimento à Lei de Diretrizes e Bases Curriculares (LDB) foi integrado o Referencial Curricular Nacional da Educação Indígena (RCNEI) apresentado para “ajudar a construir o currículo nas escolas indígenas”.

Antes de adentrar no assunto, far-se-á uma breve análise do que difere Educação Indígena e Educação Escolar Indígena. A Educação Indígena remete à ideia da educação ensinada no cotidiano, repassada dos mais velhos aos mais novos, através dos saberes. Segundo Melià (1979, p. 250), a natureza dos conhecimentos transmitidos na educação indígena pode ser sintetizada em três tipos: 1 – conhecimentos para o homem controlar a natureza; 2 – conhecimentos para o homem se relacionar consigo mesmo e com os outros; 3 - conhecimentos para o homem se relacionar com o sagrado. Essas são as três bases da pedagogia indígena, mesmo

Beatriz Alves da Cruz de Paula; Lisanil da Conceição Patrocínio Pereira

A importância do ensino de geografia para educação escolar indígena

sendo de ensinada de forma inconsciente, e que são avaliadas através do método observatório por aqueles que ensinam.

A Educação Escolar Indígena é a educação institucionalizada, ensinada em salas de aulas, é a educação prescrita dentro de um tempo e de uma estrutura comum tendo sido declarada na Constituição de 1988. Segundo o RCNEI (1998), a Educação Escolar Indígena, para ser constituída precisa estar estabelecida sobre algumas bases; ser comunitária, intelectual, bilíngue, diferenciada e específica.

Comunitária, porque é direito da comunidade deve decidir como ensinar, quando ensinar e o que ensinar, dando a eles uma autonomia sobre o processo de ensino.

Intelectual, pois os alunos devem ser levados a transitar entre os dois mundos, indígenas ou não indígena, ao mesmo tempo em que ela constrói a sua identidade, ela se torna capaz de dialogar com outras culturas do seu entorno sem se perder de suas origens.

Bilíngue, porque as tradições culturais, os conhecimentos acumulados, as crenças, a educação passada para as crianças mais novas e tantas outros, são na maioria manifestados através do uso de mais de uma língua

Diferencia e específica, porque concebida e planejada como reflexo das aspirações particulares de povo indígena e com autonomia em relação a determinados aspectos que regem o funcionamento e orientação da escola não-indígena. (RCNEI 1998, p.24).

O RCNEI reconhece a diversidade étnica territorial, suas pluralidades da educação e também os conhecimentos dos povos indígenas, isso significa pensar a escola de acordo com suas concepções em relação ao mundo, ao ser humano, as formas de organização política, cultural, social, religiosa e econômica desses povos. Cada comunidade possui suas próprias sabedorias, as quais são (re)passadas entre seus membros. Em face disso, nesses argumentos o RCNEI tem por objetivo,

[...] servir de base para que cada escola indígena construa o seu próprio referencial de análise e avaliação do que nela está sendo feito e ao mesmo tempo elaborar um planejamento adequado para que nela se queira realizar. Nesse sentido, o referencial aqui apresentado tem função formativa e não normativa. Ele pretende-se como já foi dito, fazer refletir sobre o desenvolvimento curricular e as experiências pedagógicas no interior das escolas indígenas [...]. (BRASIL, 2005, p.13).

O Referencial Curricular Nacional da Educação Indígena busca destacar a importância da elaboração curricular, onde pretende romper com as formalidades rígidas de planos e programas estáticos, considerando as experiências vividas por professores e educandos. As abordagens contidas no documento demonstram práticas

A importância do ensino de geografia para educação escolar indígena

pedagógicas que permitem trabalhar os diferentes aspectos, estabelecer novas interpretações, mais complexas que integram os contextos geográficos. A Geografia desempenha um papel relevante no mundo, pois se relaciona com a necessidade de conhecer o espaço geográfico, que é o palco de dinâmica social, ou seja, das relações entre o homem e o meio, caracteriza o uso dos recursos naturais e como o uso impacta positiva ou negativamente o “Meio Ambiente”.

É por intermédio da Geografia que se compreende as relações dos diferentes povos, a maneira de interação com a natureza na constituição do espaço, as particularidades de cada lugar habitado, diferenciando e aproximando de outros lugares, para que se crie vínculos afetivos e de identidade que é estabelecido com eles. A Geografia é exatamente isso, a construção do espaço habitado a partir de sua ocupação e vivência em um determinado tempo, a Geografia é o povo, as paisagens e os lugares

geografia permite, assim, explicar o mundo por meio dos estudos do espaço geográfico levando em conta o que se vê, – as paisagens; o que se sente e como a pessoa se identifica – os lugares; e os que são referências significativas para os povos e os indivíduos, para conviver, trabalhar e produzir sua cultura – os territórios. (RCNEI, 1998, p. 2013).

De modo geral, as abordagens em Geografia presentes no RCNEI expõem práticas de ensino, que permitem apresentar aos educandos diferentes aspectos de um mesmo acontecimento a fim de que exponham suas compreensões a respeito do assunto.

A compreensão da Geografia presente no Referencial contribui para a luta contra os problemas de preconceito e contribui a favor da diversidade cultural que existe ao nosso redor. A Geografia nos dá a capacidade de entendermos como diferentes sociedades interagem com a natureza na formação espaço, as características singulares do lugar em que vivemos, o que o diferencia e o aproxima de outros lugares para, assim, adquirirmos uma consciência maior dos vínculos afetivos e de identidade que estabelecemos com ele. Desse modo, conhecem-se as multiplicidades da relação do nosso lugar com outros lugares, provavelmente, aproximando a pessoa de lugares distantes delas, distantes no tempo e no espaço, percebendo as marcas do passado no presente.

Nas palavras de Ferreira (2014, p. 103), a criação do RCNEI

Beatriz Alves da Cruz de Paula; Lisanil da Conceição Patrocínio Pereira



A importância do ensino de geografia para educação escolar indígena

(...) tem um ganho histórico que ficou ancorado pelo processo de resistência, pois há uma educação escolar presente nas aldeias, mas uma educação escolar que se constrói dentro dos anseios culturais e cosmológicos dos povos.

Torna óbvia a necessidade de se construir um currículo que esteja em articulação com a diversidade cultural, dando garantia para a sobrevivência das memórias culturais, históricas da língua materna, ou seja, permite aos povos indígenas o direito de proteger e manter os seus valores étnicos e culturais.

Os estudos abordados no documento contribuem para a formação de um cidadão capaz de reconhecer os seus direitos e lutar pela permanência destes. É importante também para valorizar o conhecimento tradicional de seus povos, conhecer o seu espaço e a sua própria cultura, para uma orientação certa no espaço físico e o conhecimento de quaisquer outras formas de orientação. Contribuem para que levem reflexão sobre as possíveis relações de seus povos e com os não índios, conhecimento e dominação da linguagem a simbologia dos mapas e identificação dos diferentes tipos de mapas etc. (BRASIL, 1998).

Abordagens para o ensino de geografia sobre/com indígenas nas escolas urbanas

Os estudantes índios se deslocam das aldeias para as cidades assim como outros brasileiros migram do campo para cidade. As pessoas saem do campo para cidade em busca de trabalho, de estudo, por questões médicas, ou seja, migram para cidade em busca de melhores condições de vida, da mesma forma fazem os indígenas, entretanto, acrescentando projeto étnico e de cidadania. Isso significa que a presença de alunos indígenas nas escolas urbanas traz consigo uma bagagem cultural e diversificada fundindo diversas outras culturas.

No debate sobre a interculturalidade Freire (2004) chama atenção para a importância das relações entre as culturas, não se restringindo à questão de apenas compreender a cultura do outro. O importante é compreender a relação entre as culturas. Isso se torna parte importante no educacional das escolas que traz esse ambiente intercultural.

A importância do ensino de geografia para educação escolar indígena

Sendo assim a concepção de Freire (2014), vai muito mais além da compreensão e respeito a cultura do outro é importante não impor ao outro a cultura. Partindo deste princípio o diálogo se faz importante sendo ponto chave dessa prática educativa sendo possível a viabilização dessa dinâmica criadora de cultura. Na dinamicidade da cultura Freire (2014, p. 71) coloca que o problema “não é o de preservar a cultura indígena, mas o de respeitá-la”, o que implica em não “conservá-la em ilhas, em guetos histórico-culturais” e sim “reconhecer as idas e vindas do movimento interno da própria cultura. É contribuir para esse movimento interno, para esse dinamismo”, a presença dos alunos indígenas nas escolas tradicionais traz consigo essa possibilidade, onde ele carrega consigo a responsabilidade de levar conhecimento adquirido do ambiente externo ao mesmo tempo em que carrega em si a sua história, sua própria cultura e conhecimentos.

O estudante indígena chega à cidade para cumprir a missão de estudar para benefício próprio e também do seu povo, algo claro para eles. O compromisso de estudar nas escolas urbanas para levar o conhecimento adquirido para o seu povo consiste em um ato de compromisso e de responsabilidade.

No espaço urbano e em todas as escolas não indígenas, o movimento dos Povos Indígenas do Brasil alcançou o direito de ter inseridas nos currículos suas histórias e culturas, com intuito de que a sociedade possa conhecer e reconhecer a diversidade e respeitá-la em sua totalidade, conforme está vigente na Lei 11.645/08. Está vem para fornecer não só um suporte legal, bem como mais uma possibilidade de reconhecimento da diversidade cultural brasileira, além de uma nova abertura de espaços de fronteiras e de (re)afirmações de identidades múltiplas em todo o país. Portanto, essa lei possibilita o reconhecimento da escola tratar dos conflitos interétnicos presentes nas formas como o imaginário social coloca os povos indígenas e não tem reconhecido as suas inúmeras contribuições para a constituição sociocultural e econômica da formação do Brasil como o conhecemos hoje.

A temática indígena ensinada nas escolas ainda se firma na base do senso comum e em uma imagem padronizada desses povos devido à falta de formação dos profissionais de educação neste tema, serve para mostrar a necessidade de se apropriar do conhecimento a respeito dos povos originários e estar em constante



A importância do ensino de geografia para educação escolar indígena

formação, mantendo a postura de professor pesquisador e incentivando os estudantes à constante reflexão e pesquisa.

Vale ressaltar a necessidade de uma análise das fontes de pesquisas utilizadas para levar informações sobre as questões indígenas para a sala de aula, da mesma forma se faz necessária a análise em relação às abordagens. Neste sentido, pode-se destacar as fontes de órgãos governamentais como, por exemplo, a Fundação Nacional do Índio (Funai). Possibilita ao professor a capacidade de conhecer e levar conhecimento aos seus alunos sobre o panorama dos territórios indígenas e das diversidades étnicas, além de aprender acerca das políticas públicas que contribuem com a construção de um Estado Democrático.

Outra fonte de pesquisa para ser trabalhada é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que dá amparo ao pesquisador/professor para que possa trabalhar a distribuição espacial dos indivíduos dentro do território brasileiro, além de conhecer as características gerais dos povos indígenas de cada região a se trabalhar. Cumpre esclarecer que todas essas informações são encontradas a partir do Censo Demográfico.

A presença de alunos indígenas nas escolas urbanas veio para quebrar paradigmas trazendo consigo a diversificação. Neste sentido, é papel da Geografia construir e transitar no interior da escola a educação intercultural; trabalhar com a realidade e do contexto, fazendo com que seja estabelecida uma relação integral em toda a classe. Entretanto, o professor deve considerar o conhecimento geográfico do aluno, relacionando a sua realidade de convívio de seus povos e fazer uma relação com o espaço escolar urbano, para que, assim, o discente possa se sentir parte do momento vivido, tornando-o sujeito do conhecimento:

O ensino da Geografia deve preocupar-se com o espaço nas suas multidimensões, favorecendo a compreensão e a ligação dos fatos conhecidos pelo aluno com os assuntos abordados em sala de aula. Como refere Castrogiovanni(2000) a 'alfabetização espacial' é entendida como a construção de noções básicas de localização, organização, representação e compreensão da estrutura do espaço, elaboradas dinamicamente pelas sociedades. Essas noções são fundamentais para facilitar ao aluno a leitura do todo espacial para que ele compreenda que o espaço é



A importância do ensino de geografia para educação escolar indígena

uma construção social e todas as sociedades e suas estruturas diferenciadas devem ser consideradas, procurando compreendê-las no contexto histórico de apropriação.

Considerações finais

Este trabalho trouxe a incipiente discussão das políticas vigentes na Educação Escolar Indígena com apontamentos do RCNEI para o ensino da Geografia, assim como parte da história do desenvolvimento escolar dos alunos indígenas nas escolas do Estado de Mato Grosso. Após a colonização, a educação tem sido um elemento relevante para a aproximação do homem branco com os índios. Desde a catequização inicial até as várias políticas integracionistas mais recentes se observa que a educação é imposta pela categoria dominante.

Desse modo, a escola e todas as políticas educacionais propõem-se a dialogar, respeitar, valorizar a legitimação e a viabilidade das diversas culturas existente. No entanto, isso só é possível se houver concordância intercultural buscando entender o papel da Geografia dentro das escolas indígenas, mas também levando em consideração a migração dos povos indígenas para as cidades, retratando o processo de ensino da Geografia nas escolas com essa diversidade cultural. É notável o grande desafio, ou seja, garantir um ensino de qualidade, de referência e ao mesmo tempo preservar toda a diversidade cultural que se encontra no entorno.

Mesmo havendo políticas de amparo aos povos originários, sem dúvida, há um longo caminho a ser percorrido, reconhecendo que o papel social de uma disciplina tal como a Geografia deve ser múltipla, sempre adaptável à realidade de cada instituição. É responsabilidade do corpo docente, juntamente a direção das escolas estar sempre em busca de fazer valer os direitos dos programas ofertados pelo governo, propiciar o fortalecimento para as unidades de ensino, sendo ela exclusiva ou não para indígenas, dar voz à sociedade, trazendo a realidade vivida por cada um dos integrantes, construindo, assim, uma nova escola, com a participação dos que se beneficiam dela. No entanto, isso só é possível com a formação e a capacitação dos professores sendo colocadas como prioridade nas políticas educacionais voltadas para a educação dos povos indígenas.



Referências

BOLTH, S. J. **Da aldeia à cidade**: estudantes indígenas em escolas urbanas. Cuiabá: EdUFMT, 2009.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular para a Educação Indígena**. 1998. Versão Preliminar. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Ministério da Justiça, 1988.

CASTROGIOVANNI, A. C. et al. (Orgs.). **Movimentos para ensinar geografia – oscilações**. Porto Alegre: Editora Letra1, p. 185-199, 2016.

DOMESTICAR. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2009. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/domesticar/>>. Acesso em: 01/06/2021.

FERREIRA, N. S. C. **A gestão da educação na sociedade mundializada**: por uma cidadania. Rio de Janeiro: DPeA, 2003.

FERREIRA, W. A. A. **Educação Escolar Indígena na Terra Indígena Apiaka-Kayabi em Juara**: Resistências e Desafios. Porto Alegre, 2013.180 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013. Acesso em: 11 maio 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra. 1997. Disponível em: http://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/4-%20Freire_P_%20Pedagogia%20da%20autonomia.pdf Acesso em: 21 maio 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da tolerância**. São Paulo: UNESP, 2014. Acesso 21 maio de 21

FUNAI. **Educação Indígena**. Disponível em: <www.funai.gov.br/funai>. Acesso em: 21 maio 2021.

IBGE. **Censo demográfico, 2010**. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>> . Acesso em: 23 fev. 2021.

LDB. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, Brasília/DF, 1996.

MATO GROSSO. **Plano Estadual de Educação**. Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso. Cuiabá, 2014.

MEC/SEF. **Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas**. 1998. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/pedagogia6periodo2011/diretrizes->

A importância do ensino de geografia para educação escolar indígena

curriculares-1/referencial-curricular-nacional-para-a-educacao-indigena---rcnei>.
Acesso em: 25 fev. 2021.

MEIRA, F. O. Educação escolar indígena intercultural e o ensino da geografia. **E-Revista de Estudos Interculturais e o Ensino de Geografia do CEI- Iscap**, n8, maio 2020 Disponível em: <https://www.iscap.pt/cei/e-rei/n8/artigos/F.Meira_Educacao-escolar-indigena-intercultural-e-o-ensino-de-geografia.pdf> Acesso em: 23 fev. 2021.

MELCHIOR, M. N et al. **Políticas públicas para a educação indígena na cidade de Barra do Garças**. In: CONGRESSO DE EDUCAÇÃO, 11., ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, 3., 2009. Barra do Garças. **Anais... EDUCER**, 2009. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/2853_1565.pdf> Acesso em: 22 mar. 2021.

MELIÀ, B. **Educação indígena e alfabetização**. São Paulo: Loyola, 1979. Disponível em: <http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Amelia-1979-educacao/Melia_1979_EducacaoIndigenaEAlfabetizacao.pdf> Acesso em: 21 maio 2021.

PINTO, Â. F. N. **Educação escolar e protagonismo indígena**. Cuiabá: EdUFMT, 2009.

REZENDE, G. C. **A relação entre indígenas e não-indígenas na zona urbana: fronteira cultural**. v. 8. Cuiabá: EdUFMT, 2009.

SALETE, B. G. **Educação da criança indígena e educação infantil em Mato Grosso: uma questão para o debate**. **Tellus**, ano 16, n. 31, p. 81-95, 2016. Disponível em: <<https://tellusucdb.emnuvens.com.br/tellus/article/view/417>>. Acesso em: 23 mar. 2021.

SANTOS, S. S.; SECCHI, D. ESTUDANTES INDÍGENAS EM ESCOLAS URBANAS DE RONDÔNIA: DA OMISSÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS À OMISSÃO DO PERTENCIMENTO ÉTNICO. **Revista Reflexão e Ação**, v. 21, n. esp., p. 52-75, 2013. Disponível: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex>> <<http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex>> Acesso em: 23 mar. 2021.

SILVA, R. S.; MARZARI, M. **Educação Indígena: Desafios para as escolas não indígenas em Barra do Garças-MT**. **Revista Prática Docente**, v. 4, n. 1, p. 317-333, 2019. Disponível em: <<http://periodicos.cfs.ifmt.edu.br/periodicos/index.php/rpd/article/view/394>> . Acesso em: 20 fev. 2021.

Recebido: 30/07/2022

Aprovado: 30/08/2022

Publicado: 01/01/2023